



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2026/00050

OBJETO: Seguro do SGDC em Órbita Para o período 2026/2027
NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2026/00283

1. Do Objeto

1.1. Contratação de seguro contra danos e perdas durante 12 (doze) meses para o SGDC em órbita, observadas as disposições técnicas do Anexo 1 - Wording do Seguro do Satélite em Órbita.

2. Referências

- 2.1. Lei nº 13.303/2016.
- 2.2 Decreto nº 9.507/2018;
- 2.3 Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017;
- 2.4. Circular SUSEP nº 642, de 20 de setembro de 2021;
- 2.5. Normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP;
- 2.6. Análise de Risco - TLB-ANR-2026/00015

3. Anexos

- 3.1. Anexo 1 - Wording do Seguro do satélite em Órbita;
- 3.2. Anexo 2 - Relatório de Saúde do Satélite.

4. Da Justificativa da Contratação

- 4.1. O projeto SGDC é considerado de alta relevância para o governo brasileiro, tendo em vista a sua importância para a sociedade, no que diz respeito às políticas públicas de banda larga do governo federal;
- 4.2. Este projeto foi executado com vultosos recursos públicos a título de investimento, o qual necessita ser preservado ao longo da vida útil do satélite;
- 4.3. O SGDC foi contratado para ser entregue em órbita. O processo de fabricação do SGDC foi composto por várias fases e desde a sua contratação, essas diversas fases foram seguradas para garantir a preservação do investimento realizado pela TELEBRAS;
- 4.4. A falta de cobertura contra possíveis avarias que o SGDC está exposto, leva a TELEBRAS a incorrer em graves riscos que podem comprometer seu maior ativo e os principais contratos comerciais que dele dependem. Atualmente, além do contrato de cessão da banda X com o Ministério da Defesa (MD), todo modelo de negócios da empresa é centrado na exploração comercial do SGDC na banda Ka. Portanto, assegurar esse patrimônio é primordial para preservar os interesses da TELEBRAS e do MD.



TLBREF202600050A

4.5. O SGDC foi o primeiro satélite com cobertura em banda Ka a cobrir todo o território brasileiro, promovendo inclusão digital de milhões de estudantes e milhares de comunidades outrora tolhidos do direito básico à comunicação digital. Ademais, as políticas de proteção do território nacional, em especial a defesa das fronteiras e combate ao tráfico de drogas, vem sendo desenvolvidas pelo MD mediante o uso da banda X do SGDC.

4.6. Desta forma, evidencia-se que o risco de um possível dano ao SGDC é especialmente gravoso à continuidade das políticas públicas exemplificadas acima.

4.7. Os riscos aos quais o SGDC está exposto são concretos e prováveis, haja vista se encontrar em órbita, ou seja, em um ambiente hostil. Cite-se a título de exemplo os sinistros ocorridos no passado recente, levando a perdas parciais significativas até mesmo a perda total de artefatos satelitais.

4.8. Devido ao fato de encontrar-se em órbita, além de eventuais falhas do próprio equipamento, o SGDC está sujeito a outros sinistros, tais como: colisões com outros corpos celestes (lixo espacial, asteroide, outros satélites, etc.), falhas no sistema de controle de voo embarcado, tempestade solar, dentre outros.

4.9. A vigência da atual apólice se encerrará às 00:01h do dia 03/08/2026. Por esta razão, haverá a necessidade de contratação de uma nova apólice de forma a garantir a preservação dos investimentos realizados no segmento espacial do SGDC.

4.10. A contratação visa garantir:

1. a recuperação do valor segurado como parte do investimento realizado no segmento espacial vinculado ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, em caso de ocorrer danos permanentes ao satélite;
2. a continuidade dos serviços de cobertura do seguro satélite contra danos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

5. Da Classificação do Bem e do Enquadramento Legal

5.1. Trata-se de celebração de contrato de prestação de serviço de seguro com o fito de preservar o montante investido no Segmento Espacial do SGDC.

5.2. O objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão, nos termos do inciso IV, do art.32 da Lei nº 13.303/2016 e art. 93 e seguintes do RELIC - Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS.

6. Da Descrição do Objeto

6.1. Contratação de seguro contra danos e perdas para o SGDC em órbita, com vigência de 12 (doze) meses, observadas as disposições técnicas e de contrato descritas no Anexo 1 deste Termo de Referência.

7. Prazos, Local e Condições de Entrega ou Execução

7.1. A apólice a ser emitida com base neste Termo de Referência deverá ter a cobertura pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua emissão.

7.2. O preço ofertado será fixo e irrevogável.

7.3. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

7.4. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.



7.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.6. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, quando for o caso.

7.7. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.

7.8. A conformidade da execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas especificações técnicas.

7.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual..

7.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017, anexo VIII, aplicável apenas no que for pertinente à contratação.

7.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

8. Critério de Habilitação da Proposta/Qualificação Técnica

8.1. A documentação técnica exigida para a qualificação da Proponente é a seguinte:

8.1.1. Certidão emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, que comprove autorização para atuar na área de seguros, objeto da licitação.

8.1.2. Certidão emitida pela SUSEP comprovando a regularidade da sociedade seguradora.

9. Da Estimativa de Preços

9.1. O SGDC foi construído pela Thales Alenia Space e foi lançado pela Ariane Space, em 04 de maio de 2017, da base de lançamento de Kourou, na Guiana Francesa. Hoje, o SGDC está operacional na posição 75° Oeste, em plena saúde, conforme pode ser observado pelo conteúdo do Relatório de Saúde do SGDC em Órbita (Health Report), no Anexo 2. O SGDC possui uma estimativa de vida útil de 15 (quinze) anos. O segmento espacial, composto pelo artefato (satélite) e o serviço de lançamento custou **USD\$ 423.719.648,00** (quatrocentos e vinte três milhões, setecentos e dezenove mil, seiscentos e quarenta e oito dólares americanos).

9.2. Tendo em vista ter transcorrido somente 9 (NOVE) anos de operação em órbita, recomenda-se que o montante a ser segurado represente o custo parcial de um novo satélite de reposição e o seu respectivo lançamento ou o montante necessário para sanar os custos decorrentes de multas contratuais devido a existência de um sinistro.



9.3. Para o valor a ser segurado deve ser considerado, também, uma depreciação em relação ao valor do artefato satelital, proporcional ao tempo transcorrido desde o lançamento em relação à vida útil estimada, ou seja, de 9 /15.

9.4. O valor estimado total a ser segurado é de **R\$ 914.505.539,00** (*novecentos e quatorze milhões e quinhentos e cinco mil e quinhentos e trinta e nove reais*), correspondentes nesta data a **USD\$ 183.392.560,00** (*cento e oitenta e três milhões, trezentos e noventa e dois mil e quinhentos e sessenta dólares americanos*). Valor esse considerando uma depreciação de **9/15** em relação ao valor do custo original do artefato e a atualização dos demais valores da composição do valor a ser segurado. Saliento que do valor a ser segurado, em caso de sinistro, **R\$ 68.753.441,00** (*sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta e um reais*), equivalente na data de hoje a **USD\$ 13.787.640,00** (*treze milhões, setecentos e oitenta e sete mil e seiscentos e quarenta dólares americanos*) deverão ser pagos pelo fabricante do satélite como seguro da garantia (WPB). (Obs.: cotação PTax = 4,9866, de 16/04/2026).

9.5. No valor do prêmio a ser apresentado em REAIS pelas seguradoras proponentes, deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, cambial, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. Da Dotação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento anual da TELEBRAS, tendo sido prevista no Plano Anual de Contratações para o ano de 2026 - **PLAC 2026 - sob o código 3820-GEOS_09**.

11. Da Vigência do Contrato

11.1. A vigência do contrato deverá ser da **00:01h do dia 03 de agosto de 2026 até às 00:01h do 03 de agosto de 2027**

11.2. A vigência do contrato é improrrogável.

12. Das Condições e Prazos de Pagamento

12.1. Observadas as normas do CNSP e SUSEP, especialmente as disposições da Circular Susep nº 251, de 2004, a seguradora deverá emitir e entregar a apólice à TELEBRAS, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice. O pagamento do prêmio será realizado **em 04 (quatro) parcelas bimestrais iguais após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.**

12.2. Após a entrega da apólice, a TELEBRAS, em até 15 (quinze) dias úteis tomará as seguintes ações:

12.2.1. Emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, em caso de regularidade da apólice; ou

12.2.2. Fixará o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para que a seguradora promova as correções necessárias, em caso de inconformidade da apólice.

12.2.3. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a seguradora poderá emitir os documentos de cobrança, devendo entregá-los à TELEBRAS em tempo hábil para o pagamento da primeira parcela.

12.3. O vencimento das parcelas seguintes será a cada 2 (dois) meses, à partir do vencimento da primeira parcela.

12.4. Caso ocorra algum sinistro após a emissão da apólice, mesmo que o seu pagamento ainda não tenha sido efetuado, o direito à cobertura securitária previsto na apólice não ficará prejudicado.



12.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5 /2017.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

12.13.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)I = (6 / 100) / 365 I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



13. Forma de Prestação dos Serviços

13.1. Homologado o resultado do pregão eletrônico pela autoridade competente, a TELEBRAS autorizará a emissão da apólice de seguro junto a PARTICIPANTE VENCEDORA, por meio de assinatura de contrato, visando à execução do objeto deste certame nos termos das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. O início da vigência da apólice se dará a partir de **03/08/2026** com duração de 12 (doze) meses, conforme definido no **Anexo 1 - Wording do Seguro do Satélite em Órbita**.

13.3. A PARTICIPANTE VENCEDORA observará as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da SUSEP para a emissão e entrega da apólice, especialmente as disposições da Circular **SUSEP nº 642, de 20 de setembro de 2021**.

13.4. Na hipótese de recusa injustificada da vencedora em emitir a apólice, é facultado à TELEBRAS convocar as demais participantes, após comprovação da compatibilidade da proposta e da habilitação do proponente para emissão da apólice.

13.5. Este Termo de Referência e seus anexos integrarão a apólice, independentemente de transcrição.

14. Da Alteração Subjetiva

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da **TELEBRAS** à continuidade do contrato.

15. Das Obrigações da TELEBRAS

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2. Designar formalmente fiscal, titular e suplente, da Gerência de Engenharia e Operação de Satélite, para o acompanhamento e fiscalização do Contrato.

15.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob todos os aspectos relacionados à prestação dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

15.4. Permitir, durante a vigência da Apólice, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA à Sede da TELEBRAS, desde que devidamente identificados, quando necessário.

15.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre todas e quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços.

15.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato.

15.7. Encaminhar, formalmente, as questões a serem atendidas pela CONTRATADA e fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho de suas atividades, encaminhando os documentos e as informações pertinentes à prestação do serviço em tempo hábil.

15.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

16. Das Obrigações da Contratada



16.1. Emitir e entregar a Apólice de seguro observadas as normas do CNSP e SUSEP, especialmente as disposições da Circular SUSEP nº 642, de 20 de setembro de 2021., elencando as coberturas, de acordo com as condições da proposta, dados do seguro, coberturas, valores contratados (importância seguradas), vigência do seguro e o valor segurado.

16.2. Fornecer, quando da entrega da Apólice, Manual do Segurado.

16.3. A CONTRATADA, sempre que provocada, deverá fornecer planilha de cálculo, relativa a qualquer alteração que resulte em crédito ou débito para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.4. Deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos comprovadamente cobertos pelas garantias ajustadas em no máximo 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação oficial feita pelo CONTRATANTE, desde que recebidos todos os documentos necessários.

16.5. Fornecer, junto com as apólices de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre os procedimentos a serem adotados em casos de sinistros.

16.6. Manter, durante todo o período de vigência da Apólice, todas as condições que ensejaram sua contratação.

16.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Apólice.

17. Da Sustentabilidade Social e Ambiental

17.1. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 5º, no que couber.

18. Do Cosseguro e Resseguro

18.1. Poderá haver Cosseguro ou Resseguro pela Contratada, desde que observado pela seguradora contratada o disposto neste Termo de Referência, a legislação aplicável e os parâmetros mínimos definidos pela regulação setorial do CNSP e da SUSEP.

19. Sanções Administrativas

19.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta aquisição, erros ou atraso no fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a TELEBRAS poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito;
2. Multas, conforme abaixo:
 1. De 0,3% (três décimos por cento) do prêmio devido à Contratada, quando, sem justa causa, atrasar comprovada e injustificadamente no cumprimento das obrigações assumidas;
 2. De 0,4% (quatro décimos por cento) do prêmio devido à Contratada, quando, sem justa causa, der causa injustificadamente ao atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas;
 3. De 20% (vinte por cento) do prêmio devido à Contratada quando esta for comprovadamente considerada inadimplente e, com isso, der motivo à rescisão contratual.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos



19.2 A **multa** deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação encaminhada pela TELEBRAS.

19.3. As indenizações previstas nos itens anteriores não excluem indenização suplementar, se o prejuízo experimentado pela TELEBRAS exceder o valor das multas pactuadas (parágrafo único do artigo 416 do Código Civil).

19.4. O valor da multa será descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na TELEBRAS em favor da CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

19.5. As sanções previstas neste projeto básico são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.6. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na entrega dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

19.7. A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - SICAF.

19.8. As sanções aqui disciplinadas serão aplicáveis, sem prejuízo daquelas previstas na Lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção).

19.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, III Lei nº 13.303, de 2016, as empresas ou profissionais que:

1. **Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;**
2. **Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**
3. **Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à TELEBRAS, observado o princípio da proporcionalidade.

20. Do Foro

20.1. O foro competente para dirimir questões relativas ao Contrato é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

21. Garantia

21.1. Não será exigida a garantia contratual prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016

22. Regime de execução

22.1. O Regime de execução será empreitada por preço global.

23. Critério da Aceitabilidade de Preços

23.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais.



23.2. Não serão aceitas propostas cujos valores de cada um dos itens ou do grupo sejam superiores aos valores estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

- Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.

23.3. Considera-se inexequível a proposta que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

1. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o item será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

2. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

24. Das Disposições Gerais

24.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303 de 2016, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais;

Brasília, 16 de abril de 2026.

SEBASTIÃO DO NASCIMENTO NETO

Gerente

Gerência de Engenharia e Operação de Satélites

